



Valores-notícia, ordem simbólica e imaginário social: o jornalismo e a construção da regularidade cotidiana¹

Marcos Paulo da Silva²

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Resumo

O presente artigo, que integra um estudo mais amplo, ancora-se na seguinte hipótese de pesquisa: o jornalismo, a partir de sua seleção noticiosa, constitui-se uma construção cultural que ordena o cotidiano, atenuando (não somente em seu conteúdo, mas também nos planos ético-político e estético-expressivo) os paradoxos do mundo social e compondo um cenário de ordem e equilíbrio simbólico. Desta forma, pretende-se debater – no plano teórico-conceitual – a relação entre a noção de noticiabilidade no jornalismo e a construção social da realidade. Recorre-se às elaborações teóricas de autores como Roland Barthes, sobre as linguagens sociais; Cornelius Castoriadis, a respeito do imaginário social; e Franco Moretti, sobre os “enchimentos e bifurcações” presentes no plano narrativo, para o entendimento do jornalismo como um construtor particular da regularidade no cotidiano.

Palavras-chave: jornalismo; valor-notícia; imaginário social; ordem simbólica; regularidade cotidiana.

Para situar o debate

Este artigo integra um estudo mais amplo que procura entender – como problemática central – os modos como os padrões culturais vigentes na sociedade projetam-se na prática de seleção noticiosa. Compõe, assim, uma proposta diferenciada de olhar para a noção da noticiabilidade no jornalismo. Como referencial metodológico, ancora-se na seguinte hipótese de pesquisa: a partir de sua seleção noticiosa, o jornalismo constitui-se uma construção cultural que ordena o cotidiano, atenuando (não somente em seu conteúdo, mas também nos planos ético-político e estético-expressivo) os paradoxos do mundo social e compondo um cenário de ordem e equilíbrio simbólico.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru-SP. Doutorando em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: silva_mp@uol.com.br.



Nesta perspectiva, o trabalho procura sistematizar uma série de reflexões no entendimento da atividade jornalística e de seus critérios de noticiabilidade como construtores particulares de um padrão de regularidade no cotidiano. Recorre-se – entre outras referências – às elaborações teóricas de três autores centrais: Cornelius Castoriadis, sobre imaginário social; Roland Barthes, a respeito das linguagens sociais; e Franco Moretti, sobre as concepções de “bifurcação” e “enchimento” presentes no plano narrativo. Busca-se, assim, a partir do diálogo com autores de referência nas ciências sociais, uma aproximação transdisciplinar que possa contribuir para a inserção dos estudos do jornalismo num quadro teórico-conceitual mais amplo.

Imaginário social e jornalismo

Torna-se necessário, antes de qualquer coisa, a delimitação de alguns pressupostos teóricos que balizam o debate aqui proposto. Parte-se inicialmente, conforme defende Castoriadis (1987, p. 228), do entendimento do homem como um ser social que somente encontra sua razão de existência na (e pela) sociedade. Por sua vez, a própria concepção de sociedade é aqui entendida como uma construção sócio-histórica que se mantém unida e coesa por suas características constitutivas intrínsecas, isto é, por seu próprio sistema de “normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas” (CASTORIADIS, 1987, p. 229). Desta forma, prossegue o autor, a sociedade mantém sua estabilidade vigente muito mais por relações de adesão e consenso do que por sistemas de coerção e repressão; trata-se, na concepção de Castoriadis (1987, p. 230), dos elementos que compõe o imaginário social – ou, em suas próprias palavras, do “magma das significações imaginárias sociais”, tecido complexo de “significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e de todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem”.

Ao projetar tais reflexões para o campo da comunicação, Dênis de Moraes (1994, p. 38) vai além e afirma que o imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas “que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade”. Segundo o autor, a construção do imaginário liga-se diretamente a uma espécie de “itinerário simbólico” viabilizado pelo fluxo comunicacional entre o emissor (que irradia uma concepção de mundo integrada a seus objetivos estratégicos) e o receptor (que a decodifica ou não) (MORAES, 1994, p. 40-41). Consiste, portanto, em uma questão de legitimação operada no plano simbólico.



Aproximando-se da perspectiva de Castoriadis, Dênis de Moraes (1994, p. 41) alerta para o fato de que as instituições sociais não podem ser reduzidas à sua dimensão simbólica, pois, mais do que isso, elas “só existem no simbólico, são legitimadas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades”. Esse processo particular de legitimação, conforme aponta o autor, deve ser entendido no interior de um “código operacional de comunicação, ao qual compete perfilar vozes que simulam harmonias no conjunto” (MORAES, 1994, p. 40). Em outros termos, significa reconhecer que a sociedade se organiza em torno de um imaginário consensual, ordem simbólica previamente estabelecida. Esclarece Moraes (1994):

Quando o significado não é reconhecido no processo de decodificação, o símbolo cai no vazio, não se efetiva a troca imaginária. Mas os símbolos não são neutros, uma vez que os indivíduos atribuem sentidos à linguagem, embora a liberdade de fazê-lo seja limitada pelas normas sociais. No extremo oposto, a sociedade constitui sempre uma ordem simbólica, que, por sua vez, não flutua no ar – tem que incorporar os sinais do que já existe, como fator de identificação entre os sujeitos. (MORAES, 1994, p.40) [grito do autor].

O debate teórico elaborado por Cornelius Castoriadis e sua sistematização no campo da comunicação por Dênis de Moraes traduzem-se em contribuições pertinentes para o entendimento da atividade noticiosa num diálogo com o imaginário social. Assim, ao assumir tal postura teórica, passa-se também à compreensão do jornalismo como uma prática cultural mais ampla vinculada a um complexo sistema de trocas simbólicas.

A adoção de tal viés teórico não representa, logo em primeira instância, o abandono automático do caráter pragmático-operacional da atividade jornalística. Contudo, conforme aponta Luiz Gonzaga Motta (2002), significa ampliar o olhar para o jornalismo e compreendê-lo a partir dos sentidos culturais que dissemina. Trata-se, em outras palavras, de reconhecer a práxis da seleção noticiosa como um jogo de reiterações simbólicas que busca situar (ou re-situar) os indivíduos cotidianamente no mundo. Para Motta, por traz de toda objetividade e racionalidade que permanecem perseguidas com ortodoxia nas redações, o jornalismo não escapa de uma gama de elementos míticos e arquetípicos presentes no imaginário social. Esta contradição ocorre, segundo o autor, pois as notícias são narrativas que recuperam a natureza logomítica da experiência humana, ou seja, sustentam-se tanto em relações de racionalidade



e verossimilhança (*Logos*) quanto em subjetividades e matrizes arquetípicas (*Mythos*). Tal concepção, entre outros aspectos, ajuda a explicar a repetição histórica de categorias clássicas de critérios de noticiabilidade – entendidas, numa perspectiva culturalista, como uma espécie de fundo arcaico da cultura (MARQUES, 1999).

O presente trabalho, neste contexto, procura agregar novos elementos ao debate. Deste modo, mesmo reconhecendo a validade da hipótese conceitual de que o jornalismo estrutura-se em categorias narrativas arquetípicas (que se repetem no curso da história), valoriza-se, aqui, a compreensão de que a prática noticiosa também reitera em sua dinâmica os padrões culturais vigentes num determinado recorte sócio-histórico. Consiste, assim, num jogo dialético de construção social da realidade, ou seja, na compreensão do jornalismo como uma atividade que encontra legitimidade e respaldo ao disseminar valores culturais integrados ao imaginário social (entendidos, na concepção de Castoriadis, como significações que impregnam, orientam e dirigem a vida de uma sociedade e de seus indivíduos).

Sugere-se, ainda além, o entendimento do jornalismo (e de seus valores-notícia) como uma manifestação discursiva particular que remete – como defende Dênis de Moraes (1994) – à materialização de uma ordem simbólica previamente estabelecida. Na conceituação de Roland Barthes (1988), foco que a discussão adota a partir de agora, trata-se de uma modalidade “enclática” de discurso.

O discurso jornalístico como discurso enclático

Para Roland Barthes (1988), toda “fala” somente conserva uma razão de existência quando incluída numa determinada linguagem social. Assim, ao se referir às diferentes linguagens em constante interação na sociedade, as denomina de socioletos. Conforme argumenta o autor francês, numa crítica às correntes teóricas ligadas às teses ortodoxas do marxismo, a divisão dos socioletos não pode ser entendida como resultado de lutas diretas de grupos pelo poder; mas, numa perspectiva mais ampla, como interação de diferentes variáveis sociais, econômicas, culturais e históricas. Consiste, em outros termos, em entender as mediações estabelecidas entre as linguagens sociais num horizonte que ultrapassa a visão determinista guiada pelas relações de classes. Há, portanto, “complexização, sobredeterminação e contrariedade de fatores” nesse processo (BARTHES, 1988, p. 94).

Na argumentação do teórico francês (1988, p. 97), a descrição analítica das linguagens sociais deve apresentar sempre como pano de fundo uma avaliação política



fundadora (no sentido mais amplo da expressão). Nesta concepção, o autor sugere – operacionalmente – a distinção entre dois grupos principais de socioletos: os discursos situados “no poder” ou à sombra do poder, chamados de encráticos; e os discursos “fora do poder” (ou sem poder), denominados de acráticos. Já a relação de tais discursos com as formas de poder estabelecidas na sociedade, novamente ressalta Barthes, não deve ser entendida de maneira direta ou determinista, mas sempre a partir de mediações, transformações e inversões de sentido.

Por conseguinte, a elaboração teórica de Roland Barthes explicitada até aqui permite o vínculo entre a compreensão das linguagens sociais e a noção aristotélica de “*doxa*” – entendida como opinião corrente consensual, mas não necessariamente “verdadeira” (BARTHES, 1988, p. 97). A “*doxa*”, segundo o autor, consiste na mediação cultural e discursiva por meio da qual o poder (ou o não-poder) articula-se para se expressar. Em suas palavras:

O discurso encrático é um discurso conforme a *doxa*, submetido a códigos que são eles próprios as linhas estruturantes da sua ideologia. E o discurso acrático enuncia-se sempre em graus diversos, contra a *doxa* (seja ele qual for, é um discurso *paradoxal*). Esta oposição não exclui as gradações no interior de cada tipo; mas, estruturalmente, a sua simplicidade mantém-se válida enquanto o poder e o não-poder estão no seu lugar. (BARTHES, 1988, p. 97).

Neste cenário, o discurso encrático, marcado pelas mediações da “*doxa*”, não se materializa exclusivamente como o discurso da classe que está no poder, mas, de forma mais complexa, como o discurso do consenso – ou, nas palavras de Pierre Bourdieu, como o discurso que possibilita a manutenção da ordem simbólica estabelecida. Ainda além, adverte Barthes (1988, p. 98), trata-se de um discurso pleno, pois “nele não há lugar para o outro (donde a sensação de sufocação, de empenhamento que pode provocar em quem dele não participa)”. Por ser aparentemente natural e consensual, o discurso encrático torna-se também pouco identificável. Como exemplo de sua operacionalização na sociedade apresenta-se, além do linguajar culto, o discurso da cultura de massa e especialmente o do jornalismo hegemônico.

De outro lado, o discurso acrático está presente nos discursos das minorias, ou seja, em todas as linguagens sociais que se elaboram na periferia da “*doxa*”. Trata-se das linguagens que procuram romper com a ordem simbólica estabelecida e que, por isso mesmo, são recusadas por ela. Adotando como premissa que os socioletos agem



para impedir as expressões contrárias e que o conflito entre eles se dá por modos de “intimidação”, entende-se que os discursos acráticos – “fora do poder” – recorrem necessariamente à “violência simbólica” para constranger os discursos da “*doxa*”. Ferem, portanto, a ordem simbólica vigente.

Seguindo a elaboração de Roland Barthes (1988, p.103), torna-se possível identificar ainda os modos como se operacionalizam, de fato, as disputas entre tais linguagens. Trata-se, na metáfora do próprio teórico francês, das “armas discursivas” operadas pelos socioletos na “guerra das linguagens”. Tais “armas” (ou modos de operacionalização) podem ser sistematizadas nos seguintes argumentos: 1) todo sistema de discurso estrutura-se como uma representação teatral – uma encenação de argumentos, embates, e réplicas – que permite ao interlocutor “levar ao palco” apenas aquilo de seu interesse; 2) existem formas parciais de discurso que visam “fechar” o sistema para o “outro”, ou melhor, permitem a inclusão do “diferente” no discurso “*doxal*”, mas sempre como um objeto estranho, visando excluí-lo da comunidade que compartilha o “código forte” da linguagem; e 3) a própria estrutura da língua culta, com sua hierarquia rígida (sujeito-objeto) e acabada (início, meio e fim), torna-se imperativa, um operador de intimidação aos discursos estabelecidos fora do consenso simbólico (tais como os discursos orais e não-formais).

Neste sentido, o entendimento do discurso jornalístico como uma modalidade de discurso encrático, proposta de Roland Barthes aceita na perspectiva deste trabalho, possibilita uma série de reflexões pertinentes. Visto em consonância com a noção aristotélica de “*doxa*”, o jornalismo pode ser compreendido como um modo particular de prática cultural que zela – no mercado das trocas simbólicas – pela manutenção da ordem consensual. Procura, deste modo, atenuar os discursos acráticos – “*para-doxais*” – da sociedade por meio de um ordenamento sistematizado do cotidiano. Nos termos das “armas discursivas” de Barthes (1988), age em diferentes aspectos: seja por seus processos de angulação, enquadramento e edição, que “levam ao palco” apenas as temáticas de seu interesse; seja pelas “figuras de sistema”, que procuram incluir o “outro” (as minorias, os excluídos, os movimentos reivindicatórios e contra-hegemônicos, enfim, os paradoxos) em seu discurso como um objeto estranho aos sentidos “*doxais*”; seja, ainda, pela própria estética e expressão de sua linguagem, que reproduz os padrões culturais vigentes na sociedade.

Ganha terreno, assim, a terceira e última reflexão que compõe a espinha dorsal deste trabalho: o modo como o discurso jornalístico (e especialmente seus critérios de



noticiabilidade) estabelece no plano estético-expressivo um padrão de regularidade cotidiana. Para tanto, como chave-explicativa, recorre-se às concepções de “bifurcação” e “enchimento” do autor italiano Franco Moretti (2003).

Enchimentos e bifurcações: a construção da regularidade cotidiana pelo jornalismo

A adoção neste trabalho da hipótese de que o jornalismo constitui-se uma construção cultural que propicia o ordenamento o cotidiano, atenuando os paradoxos do mundo social, leva-o a dialogar – como foi demonstrado – com a noção aristotélica de “*doxa*”. Na perspectiva de Roland Barthes (1988), a atividade jornalística configura-se como uma modalidade particular de discurso “encrático”, inserindo-se num cenário de equilíbrio simbólico. Neste contexto, o teórico francês é categórico em apresentar – por meio do que chama de “armas discursivas” – as maneiras como o jornalismo vale-se de um sentido “*doxal*” para construir sua narrativa (sentido, este, com reflexos diretos na concepção dos critérios de noticiabilidade).

Em outro diálogo, desta vez com Cornelius Castoriadis (1987), a compreensão do jornalismo como uma prática cultural que se estabelece em consonância com o imaginário social também possibilita um olhar diferenciado para a questão da seleção noticiosa: a de que esta – a noticiabilidade – encontra sua legitimidade ao disseminar valores culturais respaldados pela sociedade (operação viabilizada por aquilo que o autor denomina de “magma das significações imaginárias sociais”).

Todavia, avançando ainda além, este trabalho também se debruça sobre outro sentido particular supostamente difundido pelo jornalismo: o sentido da regularidade. Trata-se, como se refere Motta (2002, p.14), de um jogo de reiteraões simbólicas que busca situar (ou re-situar) os indivíduos cotidianamente no mundo (padrão simbólico de regularidade cotidiana). Recorre-se para tanto, em mais uma aproximação transdisciplinar, à contribuição teórico-conceitual de Franco Moretti (2003) acerca dos padrões narrativos literários.

Com base em seus estudos, Moretti (2003, p. 4) ressalta que um determinado modelo narrativo não se estabelece apenas a partir de “grandes cenas”; mas, numa perspectiva mais ampla, reflete os padrões narrativos presentes na vida privada da sociedade. Em sua proposta interpretativa, o autor utiliza-se de duas concepções primordiais para comprovar sua hipótese: as noções de “bifurcação” e “enchimento” projetadas no plano narrativo. Segundo Moretti (2003), as bifurcações podem ser



entendidas, no campo literário, como possíveis desdobramentos da trama, ou seja, os ápices e pontos de clímax encontrados no decorrer da narrativa. Já os encontros consistem, como o próprio nome sugere, naquilo que acontece entre uma mudança e outra (tratam-se dos espaços de preenchimento da narrativa entre as bifurcações). O teórico italiano emprega os conceitos para estudar os modos como os padrões culturais da burguesia européia projetam-se nos romances de escritores consagrados (como Honoré de Balzac, Gustave Flaubert e Jane Austen) na segunda metade do século XIX. Tais padrões, baseados na seriedade e na racionalização, influenciam, conforme expõe Moretti (2003), não somente o conteúdo, mas também o estilo das obras literárias.

Para o autor, os “enchimentos” são responsáveis por manter “a narrativa no interior do caráter ordinário da vida” (MORETTI, 2003, p.7) – ou seja, são neles que se assentam a civilidade e as boas maneiras que refletem o modo de vida “sério” da burguesia novecentista. Assim, com o advento do que Moretti chama de “*ethos sério*”³ e com a multiplicação dos “enchimentos” que o caracteriza, o romance europeu encontra um novo ritmo narrativo, marcado pela neutralidade, sem medidas extremas e sem causar grandes surpresas ao leitor a cada “virar de página”.

Tradicionalmente, prossegue Moretti (2003, p.9), “uma história merece ser contada se uma norma for violada (uma norma moral ou probabilística, ou as duas coisas juntas) e se apresentar um fato inaudito”. Porém, conforme revela o autor, ao operar um novo padrão narrativo, o romance burguês do século XIX quebra essa regra e desloca o inaudito para o pano de fundo, projetando o cotidiano ao primeiro plano (MORETTI, 2003, p.11) – estratégia que se operacionaliza em desacordo com as “leis elementares da narrativa”. Sobre tal ruptura, recai uma explicação plausível de Franco Moretti: sóbrio, analítico e impessoal, o romance europeu novecentista traduz-se num novo modo de se contar uma história a partir da valorização dos elementos do cotidiano – “sempre precário, sempre insatisfatório, misturado à indiferença do mundo, mas também sempre tenazmente presente” (MORETTI, 2003, p.12).

De que maneira, entretanto, tal padrão narrativo pode dialogar – como propõe este trabalho – com o entendimento da atividade jornalística? Conforme aponta Moretti, Honoré de Balzac é talvez pioneiro em metaforizar – no clássico livro “Ilusões perdidas”, de 1839 – uma analogia entre o “gênero sério” de sua época e a narrativa dos

³ “Sério”, esclarece Moretti (2003, p.9), “não quer dizer trágico, mas certamente cauteloso, impassível, grave, soturno, frio. A classe média se enrijece: agora atende por “burguesia” e usa a seriedade para se distinguir do imaginário ruidoso e carnavalesco do trabalho manual.



jornais. Diz o teórico italiano: “o jornal está sem artigos, qualquer coisinha serve, rápido, não importa sobre o quê, basta preencher os espaços em branco. (...) É quase a ideia platônica do enchimento romanesco: um trecho que preenche um pouco de espaço, nada mais” (MORETTI, 2003, p.13). Neste cenário, o chamado “*ethos sério*” operado no romance, além de permitir um modo particular de “descoberta do cotidiano”, passa a refletir também um “adensamento da trama”⁴ por meio de seus preenchimentos – operação que, como será demonstrado abaixo, encontra um paralelo com o jornalismo.

Outro ponto pertinente na análise de Franco Moretti consiste na hipótese que fundamenta sua interpretação. Para o teórico italiano, quando um padrão estético-expressivo se difunde na arte, “deve haver algo na cultura circunstante que se encontra em profunda sintonia com ela” (MORETTI, 2003, p.15). A disseminação dos “enchimentos”, desta forma, deixa de estar restrita somente ao campo da literatura e – alinda além – passa a encontrar respaldo na história social da vida privada. Trata-se, nos termos de Cornelius Castoriadis (1987), do magma de significações imaginárias que “consolida-se” na sociedade difundindo-se num determinado padrão de matrizes culturais.

Numa aproximação com o jornalismo, foco deste trabalho, entende-se – conforme chama atenção Ruth Amossy (2005) – que nenhum tipo de discurso dissemina-se na sociedade se não encontrar paralelo em seus valores culturais. Ressalta a autora:

A ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios. (AMOSSY, 2005, p. 125).

Compreende-se, neste contexto, numa analogia com a análise de Franco Moretti (2003), que os “enchimentos” inserem-se na prática jornalística para respaldar um processo de “domesticação do acaso”. Assim, se nos romances europeus do século XIX são eles que oferecem uma espécie de “prazer narrativo” compatível com a nova regularidade da vida burguesa (MORETTI, 2003, p. 16), no caso do jornalismo pode tratar-se de um sintoma da racionalização que caracteriza a existência moderna. Tal

⁴ Diz Moretti (2003, p.13): “A trama se adensa, enche-se de mil coisas (como quase tudo na época: as nações se enchem de estradas e depois de ferrovias; as cidades, de casas; estas, de móveis; os móveis, de infinitos objetos)”.



processo de “racionalização do mundo”, por sua vez, exposto tanto nos romances observados por Moretti quanto na prática jornalística moderna, não se localiza apenas no plano do conteúdo, mas, ainda adiante, no próprio estilo que os textos adotam por seu ritmo narrativo. Exemplifica Moretti (2003):

Com efeito, esse é exatamente o mundo do romance burguês [sóbrio, constante, contido e sério], mas não por seus conteúdos, não porque se fale de comerciantes, industriais e companhia bela (destes, ao contrário, se fala muito pouco): é que por meio do enchimento a lógica da racionalização atua sobre a forma mesma do romance, o seu ritmo narrativo. E no seu ápice esse processo parece estender-se até a cultura de massa. (MORETTI, 2003, p. 17).

Trata-se, desta forma, de um panorama semelhante àquele que hipoteticamente tem orientado o “*ethos*” do jornalismo moderno. No interior dessa hipótese, a atividade jornalística pode ser observada como uma prática cultural particular cuja responsabilidade é a diluição – desconstrução e posterior explicação – das “bifurcações” (fatos inauditos) que rompem como os “enchimentos” (ordem simbólica estabelecida) da vida cotidiana. A argumentação de Roland Barthes (1988) colabora, neste sentido, para a compreensão de um possível “esforço narrativo” realizado pelo jornalismo na captura dos “*paradoxos*” do mundo fenomênico e em sua posterior inclusão nos sentidos “*doxais*” que compõem a regularidade do cotidiano. Assim, os acontecimentos dotados de “valor-notícia” (fatos inauditos) passam a ser entendidos como os elementos rompedores da ordem simbólica estabelecida e o jornalismo, por meio de sua racionalidade e regularidade narrativa, o atenuador de tais “bifurcações”.

Encontra respaldo nessa chave explicativa os modos como o jornalismo se apropria dos sentidos mais paradoxais de seus valores-notícia. Ao lado do noticiário diário, encontram-se seções, colunas, *boxes* e infográficos analíticos sob o rótulo de “entenda o caso” cujo chamariz principal apresenta um sentido simbólico comum: retomar a ordem que previamente estava ali consolidada. Do mesmo modo, colunistas especializados e analistas de diferentes áreas projetam suas explicações – aparentemente sedimentadas em aspectos racionais – para capturar o sentido caótico que insiste em assombrar a harmonia simbólica e, na sequência, devolve-lo aos sentidos “*doxais*” respaldados pela sociedade. Consiste, portanto, num ordenamento do fluxo confuso da vida a partir de sua divisão, descrição e concatenação (com início, meio e fim) – ou, nos



termos de Moretti (2003, p. 21), de um processo de racionalização da existência, primeiro passo para dominá-la.

Além disso, a própria divisão dos jornais em seções e cadernos específicos que seguem uma regularidade temporal própria (diários, semanais, quinzenais, etc) ajuda a compreender o particular sentido de ordenamento cotidiano disseminado pela prática noticiosa. Para os leitores cotidianos, assim como nos romances do século XIX, consiste na tarefa diária de “virar a página” do jornal sem se deparar com surpresas drásticas. Mais além, representa o acesso controlado ao “caos” dominado pela racionalidade jornalística. Eis, assim, a seriedade e a regularidade traduzidas em confiabilidade e método, em ordem e clareza – condutas de uma vida sólida e responsável que, como demonstra Moretti, configuram “a pedra angular do mundo burguês”.

Considerações finais

Como ressaltado na introdução, este trabalho – que integra um estudo mais amplo – apresenta como questionamento central os modos nos quais o jornalismo difunde e projeta em sua prática noticiosa os padrões culturais vigentes na sociedade. Em decorrência, sustenta-se na hipótese – também explorada – de que a atividade jornalística configura-se como uma prática cultural disseminadora de valores tais quais a regularidade, o ordenamento cotidiano e o equilíbrio simbólico. Neste sentido, o debate aqui conduzido procurou debruçar-se sobre questões teórico-conceituais passíveis de diálogo entre o “estado da arte” da pesquisa em jornalismo e contribuições pinçadas de autores referenciais nas ciências humanas. Como resultado, buscou-se a sistematização de uma série de reflexões mencionadas ao longo do artigo – parâmetros que, acredita-se, podem contribuir para estudos empíricos a respeito dos critérios de noticiabilidade.

Inicialmente, a partir da discussão teórica de Cornelius Castoriadis, mergulhou-se na noção de imaginário social numa tentativa de aproximação com o entendimento do jornalismo como prática cultural mais ampla (prática que, como dito, transcodifica os valores culturais presentes no imaginário social). Por conseguinte, buscou-se o amparo teórico necessário para a hipótese central colocada. Na sequência, a contribuição de Roland Barthes sobre os discursos “encráticos” possibilitou um olhar para o jornalismo no interior de um cenário de ordenamento e equilíbrio simbólico. Tal perspectiva permitiu também a compreensão do discurso jornalístico em consonância com a noção aristotélica de “*doxa*”. Expôs-se, assim, a dinâmica denominada pelo autor francês de



“armas discursivas” – processo intrínseco na disputa dialética entre as linguagens sociais. Faltava ainda, entretanto, uma explanação mais contundente sobre as articulações tidas pelos sentidos “*doxais*” do jornalismo em seu plano estético-expressivo.

A contribuição de Franco Moretti, neste cenário, tornou possível o debate sobre a operacionalização do ordenamento cotidiano na narrativa jornalística. Por meio das concepções de “bifurcação” e “enchimento”, refletiu-se sobre a racionalidade moldadora do *ethos* objetivista no jornalismo moderno. Emergiu desta discussão, como demonstrado, uma interessante chave explicativa para o grau de regularidade disseminado pelo jornalismo por meio de seus valores-notícia.

Conclui-se, por fim, que o referido *ethos* racional do campo jornalístico (ou “imagem de si”, na expressão de Ruth Amossy) traduz-se no plano ético-político, da mesma forma que nos romances observados por Moretti, muito mais como disciplina do que como dom. Projeta-se, então, a inclusão de uma nova hipótese de pesquisa: a de que os critérios de noticiabilidade estabelecem-se como um tipo particular de representação simbólica incorporada ao *habitus* profissional do jornalismo (um modo particular de interiorização das significações imaginárias presentes na sociedade). Afirmação, esta, que agregada às demais reflexões desenvolvidas no trabalho, contribui para a elaboração de um quadro teórico-conceitual mais amplo na compreensão dos valores-notícia como construções culturais.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARQUES, Francisca Ester de Sá Marques. **Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi**. São Luís: Imprensa Universitária, 1999.



MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1994.

MORETTI, Franco. **O Século sério**. Revista Novos Estudos, n. 65. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, março de 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Para uma antropologia da notícia**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, volume XXV, n. 2. Intercom, julho/dezembro de 2002.